



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva em Grupo Gerador instalado no edifício-sede da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro (PGE-RJ), por meio de equipe especializada não residente, incluindo a cobertura total de peças (compreendido também os disjuntores automatizados), materiais e fornecimento de consumíveis.

2. DO OBJETIVO E DA JUSTIFICATIVA

2.1 A contratação é necessária para garantir a operação segura e confiável do Grupo Gerador instalado no Edifício-sede desta PGE/RJ, minimizando-se os riscos de possíveis falhas durante o eventual uso dos equipamentos. Neste sentido, busca-se, também, zelar pela conservação do patrimônio público, de modo a não comprometer a vida útil dos equipamentos e evitar ônus desnecessários.

A justificativa para se contratar a manutenção desses equipamentos está relacionada ainda ao aumento da credibilidade da energia disponibilizada, principalmente durante os casos de interrupção do fornecimento de energia elétrica.

3. DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

3.1 Os serviços serão prestados no Edifício-sede da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro (PGE-RJ), situado na Rua do Carmo, nº 27, Centro, Rio de Janeiro - CEP.:20011-020.

4. DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

4.1 Seguem as descrições mínimas do objeto:

Equipamento	Quantidade	Modelo
Grupo Gerador a Diesel	01	Olympian – GEP563-1

-Marca e modelo do motor: Perkins 2506A-E15TAG3

-Modelo de alternador: LL6114D



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

- Tipo de estrutura básica: Chassi Reforçado
- Painei Controlador - Deep Sea 4520
- Tipo/Classificação do disjuntor: MCCB Tripolar
- Frequência: 60Hz
- Rotação do motor: 1.800 RPM
- Potencia: 500 kva
- Existência de quadro de transferência automática de 1.600 amperes microprocessado, marca Siemens.
- Tanque de combustível: 700 (setecentos) litros
- Ano de instalação: segundo semestre de 2012

5. DOS SERVIÇOS

5.1 Os serviços serão compostos de manutenção preventiva mensal e de manutenção corretiva. Essas manutenções deverão manter o grupo moto-gerador em perfeito estado de uso e funcionamento.

5.2 Com o objetivo de auxiliar no acompanhamento da execução do contrato, teremos a aplicação do *Acordo de Nível de Serviço*, nos moldes previstos no anexo VI, com início de medição no segundo mês de serviço.

5.3 Os serviços de manutenção deverão ser prestados de acordo com os manuais e normas técnicas específicas, a fim de manter os equipamentos em perfeitas condições de uso. Os manuais do fabricante serão o elemento base para a execução do serviço ou fornecimento de componentes e materiais, junto com as especificações da ABNT. Quando estas faltarem ou forem omissas, deverão ser consideradas as normas de órgãos/entidades reconhecidos como referência técnica.

5.4 Os serviços de manutenção preventiva e corretiva em Grupo Gerador serão executados por equipe não residente disponibilizada pela Contratada.

5.5 A **CONTRATADA** deverá colocar à disposição da PGE-RJ pessoal habilitado à realização dos serviços contratados, nos locais, prazos e horários definidos conforme abordado neste documento. A **CONTRATANTE** poderá solicitar que o responsável técnico pelo contrato compareça a reuniões eventuais presencialmente.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

5.6 A equipe da **CONTRATADA** deverá possuir estrutura adequada de atendimento, dispondo de linha telefônica e de veículos apropriados, permanecendo disponível para chamados de manutenção corretiva, sempre que necessário.

5.7 As manutenções poderão ser feitas mediante a substituição de:

- a) peças, que se apresentarem quebradas, gastas ou defeituosas, inclusive baterias de partida ou carga e disjuntores;
- b) materiais básicos, aqueles utilizados para possibilitar a manutenção, como por exemplo, estopa, cola, lixa e etc.;
- c) consumíveis, como o combustível óleo diesel, fluidos e lubrificantes e etc.

5.8 Não serão permitidas, salvo sob o consentimento da PGE-RJ, alterações nos aparelhos apresentados, bem como o emprego de adaptações que não sejam fabricados ou fornecidos conforme manual da fabricante do gerador.

5.9 Da Manutenção Preventiva: o serviço de prevenção terá por base os parâmetros do plano de manutenção descrito abaixo.

5.9.1 Do Plano de Manutenção Operação e Controle - PMOC:

A **CONTRATADA** apresentará à Fiscalização da PGE-RJ, em até 30 dias após o início dos trabalhos, para análise e aprovação, o plano de manutenção dos serviços com a periodicidade das rotinas balizadas nos serviços mínimos indicados no Anexo IV, na experiência da **CONTRATADA** e nas recomendações de fabricantes e fornecedores, assinado pelo(s) responsável(is) técnico(s).

5.9.1.1 A Fiscalização da PGE-RJ poderá incluir rotinas no Plano de Manutenção que deverão ser atendidas em sua totalidade pela **CONTRATADA**.

5.9.1.2 A **CONTRATADA** atualizará as rotinas existentes de acordo com a necessidade demonstrada, e, sempre que for verificado o excesso ou carência das frequências apontadas promoverá as modificações, após aprovação da Fiscalização da PGE-RJ.

5.9.2 Das peças e consumíveis: Havendo a necessidade de troca/substituição de peças ou consumíveis diversos, conforme classificados no item **5.7**, a Contratada deverá utilizar o formulário anexo “Fornecimento de peças”, na seguinte forma (importante: para o consumível óleo diesel serão aplicadas, além das regras abaixo de “a” até “d”, aquelas



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

específicas do tópico **5.15**. Será previsto pelo **CONTRATANTE** uma reserva orçamentária referente à eventual aquisição de peças a que se refere a alínea ‘e’ deste item:

- a) Reconhecida a necessidade da troca de peça/consumível, por qualquer das partes contratantes, a Contratada deverá entregar o formulário em anexo totalmente preenchido, inclusive com a pesquisa de mercado realizada, em até 03 (três) dias úteis, após a identificação da necessidade.
- b) A pesquisa de mercado citada deverá ser realizada pela Contratada em, ao menos, 03 (três) fornecedores diferentes de peças/consumíveis, ou, diretamente com a Fabricante da peça/consumível, podendo a Fiscalização da PGE realizar nova pesquisa para a sua aceitação. No momento da aprovação da aquisição a Fiscalização do Contrato anotará, no formulário, o prazo para a apresentação da peça/consumível, que será adquirido pela Contratada.
- c) A Contratada irá adquirir a peça/consumível no estabelecimento que apresentou o preço de valor mais baixo na pesquisa de mercado e, para fins de comprovação do preço pago pela Contratada no serviço de aquisição de peças/consumíveis, a Contratante poderá solicitar o envio de cópia da(s) nota(s) fiscal(is) de compra.
- d) Não serão ressarcidos os valores referentes ao uso de materiais necessários para o serviço básico de manutenção como graxa, produtos de limpeza, estopa e lixas; o ferramental técnico e básico como escadas, lanternas, medidores diversos e afins; equipamentos de segurança; e material de trabalho, como computadores, equipamentos de comunicação da equipe, e livros.
- e) Dentre as peças passíveis de ressarcimento pela PGE-RJ estão aquelas listadas no rol previsto no Anexo V “Relação mínima de peças” do presente instrumento, sendo o mesmo meramente exemplificativo.
- f) Poderá a Fiscalização da PGE solicitar a aquisição de peças para guarda em local apropriado nas dependências da PGE, quando conhecida a vida útil das que estão em uso no equipamento gerador, e desde que o seu estoque não comprometa a validade da mesma.
- g) Não serão aceitas peças usadas ou recondicionadas, ou seja, somente peças genuinamente originais e novas deverão ser utilizadas, de forma a não haver descaracterização do equipamento em relação à sua originalidade.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

5.10 Da Manutenção Corretiva e/ou Emergencial: a ação corretiva poderá ser realizada em decorrência do diagnóstico da manutenção preventiva, ou mesmo após o chamado da Fiscalização do Contrato, cabendo ser classificado como emergencial ou não.

5.10.1 Após o chamado da Fiscalização da PGE para a manutenção corretiva, a Contratada terá até 24 (vinte e quatro) horas para se apresentar na Sede da PGE, com técnicos hábeis a identificação e correção do problema, como equipamentos mínimos de manutenção, e iniciar os serviços no equipamento. Se o chamado for caracterizado como “emergencial”, justificado na gravidade da inoperância do equipamento somado à necessidade, iminente ou já presente, do uso da energia do gerador, a Contratada terá até 04 (quatro) horas para chegar nas dependências da Sede da PGE, com técnicos apresentando as condições acima elencadas de possibilidade de solução do problema.

5.10.2 Os serviços de manutenção corretiva e/ou emergencial serão realizados por demanda da Fiscalização, em qualquer horário do dia, inclusive aos sábados, domingos e feriados. As solicitações serão efetuadas por meio de e-mail, contato telefônico ou software de gerenciamento de chamados, com a abertura das respectivas ordens de serviço (OS).

5.10.3 Para atender situações emergenciais a Fiscalização poderá solicitar que a execução dos serviços ocorram em sábados, domingos e feriados sem ônus adicional para a Contratante.

5.10.4 A **CONTRATADA** deverá disponibilizar serviço de suporte técnico via telefone e e-mail ou outros meios digitais, em dias úteis durante o horário comercial, de modo a possibilitar a abertura de Ordem de Serviço Corretiva, com respectivo protocolo de atendimento.

5.10.5 Para abertura de chamados nos horários não comerciais a **CONTRATADA** deverá disponibilizar um número de telefone específico para a **CONTRATANTE** solicitar o atendimento necessário.

5.10.6 A manutenção corretiva de emergência deverá ser realizada quantas vezes forem necessárias, ficando a **CONTRATADA** obrigada a concluir os reparos no prazo máximo de 04 (quatro) horas, após a chegada do técnico no local.

5.10.7 Caso os serviços solicitados não sejam de simples solução, impossibilitando a finalização no prazo acima pactuado, a Fiscalização da PGE-RJ poderá, mediante as



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

justificativas escritas apresentadas pela **CONTRATADA**, aceitar a prorrogação do prazo para a realização dos serviços, desde que o embasamento do pedido seja encaminhado através de documentação assinada por pessoa competente para tal. A Fiscalização também poderá aceitar a prorrogação do prazo previsto no item **5.9.1**, mediante a apresentação das devidas justificativas por escrito.

5.11 A **CONTRATADA** deverá emitir, mensalmente, relatório circunstanciado sobre os serviços realizados, mencionando toda e qualquer irregularidade, bem como atestando as condições de funcionamento do equipamento.

5.12 Os serviços com vícios, defeitos e incorreções, bem como os que forem rejeitados pela Fiscalização deverão ser refeitos sem ônus para PGE-RJ.

5.13 Em todos os serviços executados devem ser previstas e adotadas, prioritariamente, medidas de proteção individual e coletiva aplicáveis às atividades a serem desenvolvidas, de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores, em conformidade com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego.

5.14 A **CONTRATADA** deverá reparar, e até mesmo indenizar, quaisquer perdas e danos, pessoais ou materiais decorrentes da execução dos serviços de sua responsabilidade ou de seus prepostos que sobrevenham em prejuízo da **CONTRATANTE** ou de terceiros.

5.15 Do abastecimento: Será previsto, pela **CONTRATANTE**, uma reserva orçamentária referente à utilização de até 2.000 (dois mil) litros/semestre para o abastecimento do gerador com o combustível óleo diesel.

5.15.1 A **CONTRATADA** deverá abastecer o gerador sempre que necessário (havendo uma previsão inicial de utilização de 02 (dois) fretes ao semestre), mantendo o tanque com o volume mínimo 70% (setenta por cento) de sua capacidade, salvo outra orientação da Fiscalização da PGE-RJ.

5.15.2 A Fiscalização da PGE-RJ autorizará por escrito e em formulário próprio o reabastecimento (vide anexo – autorização para aquisição de óleo diesel), com o objetivo de possibilitar o ressarcimento de seu valor.

5.15.3 Ao final de cada mês, a **CONTRATADA** deverá encaminhar à PGE-RJ a nota fiscal de serviço referente ao abastecimento de combustível óleo diesel do gerador, para o devido



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

ressarcimento de valor, com o frete incluso. Será admitida a subcontratação no serviço de reabastecimento, observadas as disposições do item 10 desta Especificação Técnica.

5.15.4 O veículo que transportar o combustível deve portar o Certificado de Inspeção para o Transporte de Produtos Perigosos – CIPP, nos moldes do Decreto Federal nº 96.044/1.988.

5.15.5 A **CONTRATADA** realizará pesquisa de mercado para identificar o melhor preço de abastecimento, em cada eventualidade necessária, apresentando o resultado no formulário acima citado.

5.15.6 O diesel deverá ter as seguintes características mínimas:

- a) baixo teor de enxofre (0,5%);
- b) aspecto visual límpido e isento de impurezas;
- c) densidade a 20° C de 820 a 865 Kg/m³;
- d) menos de 0,05 % de água e sedimentos;
- e) outras características indicadas pelo fabricante do equipamento.

5.15.7 O serviço de Brigada de Incêndio da PGE-RJ deverá acompanhar a entrega e/ou substituição do combustível.

5.16 Nos casos da necessidade de descarte de combustível, óleos e similares, a responsabilidade será da **CONTRATADA**, que deverá entregar à Fiscalização da PGE-RJ documentos com o procedimento adotado para o descarte ocorrido, baseado nas normas do Instituto Estadual de Engenharia Ambiental-INEA.

5.17 Os técnicos da **CONTRATADA** terão livre acesso ao local de manutenção dos equipamentos, desde que previamente comunicada à Fiscalização do Contrato, e que os prestadores de serviço estejam identificados como funcionários da **CONTRATADA**, por meio de uniforme, crachá e/ou documentação comprobatória.

5.18 O faturamento mensal será composto pela soma do: a) valor fixo mensal do serviço de manutenção com mão-de-obra não residente, b) do eventual serviço de ressarcimento pelas peças e ou consumíveis diversos, e c) o eventual serviço de abastecimento com o combustível óleo diesel. obs.: (poderão ocorrer descontos decorrentes de ANS).



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

6. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

6.1 O prazo de vigência do contrato é de **18 (dezoito) meses**, contados da data indicada no **Memorando de Início de Serviço**.

6.2 A vigência contratual poderá ser prorrogada, por mútuo acordo entre as partes, mediante termo aditivo, por iguais e sucessivos períodos, observado o disposto no inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93, e desde que a proposta da **CONTRATADA** seja mais vantajosa para a PGE-RJ.

7. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1 Para fins de comprovação da qualificação técnica, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) Registro ou inscrição perante ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, válida na data da apresentação da proposta.

a.1.) Caso o licitante seja de outro Estado da Federação, será necessário o visto do CREA-RJ apenas no momento da contratação (assinatura do contrato) e não da licitação.

b) Quanto à capacitação técnico-operacional: um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome do licitante, que comprove(m) aptidão pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, na forma do artigo 30, §3º, da Lei Federal nº 8.666/93 que indiquem nome, função, endereço, telefone, e-mail ou telefax de contato do(s) atestador(es), ou qualquer outro meio para eventual contato pela Procuradoria-Geral do Estado.

b.1) A Procuradoria-Geral do Estado poderá realizar diligências para verificação da veracidade do(s) atestado(s) de capacidade técnica, caso em que o licitante deverá prestar todas as informações e encaminhar todos os documentos necessários para a comprovação, tais como, cópia(s) do(s) contrato(s) respectivo(s), endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

b.2) Declaração do licitante indicando o nome, o CPF e nº do registro na entidade profissional competente do responsável técnico que acompanhará a execução do objeto desta licitação, com a comprovação da experiência anterior e o respectivo vínculo, conforme abaixo:



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

b.3) O licitante deverá demonstrar que possui no seu quadro permanente, na data da licitação, profissional ou profissionais de nível superior (Engenheiro Elétrico) detentor(es) de Atestado(s) de Responsabilidade Técnica que comprove(m) a execução das seguintes atividades: comprovação de experiência na área de manutenção preventiva e corretiva em grupo gerador, de capacidade compatível com o objeto da licitação, com quadro de transferência automatizado, nos termos descritos no Termo de Referência.

b.4) O licitante deverá apresentar, como comprovação de capacitação técnico-profissional, Certidão de Acervo Técnico - CAT, emitida pelo CREA, do profissional(is) indicado(s) na alínea “c”, na área de Engenharia Elétrica, reconhecida pelo CREA na data prevista para a entrega da proposta, que possua(m) Anotações de Responsabilidade Técnica (ART), por execução de serviços semelhantes ao objeto do presente Edital.

b.5) A comprovação de que o(s) detentor(es) do(s) referido(s) Atestado(s) de Responsabilidade Técnica é/são vinculado(s) ao licitante, deverá ser feita por cópia de ficha de registro de empregado, de contrato particular de prestação de serviços, de contrato de trabalho por prazo determinado ou por meio de outros instrumentos que comprovem vínculo jurídico entre o licitante e o profissional qualificado(s), cuja duração seja, no mínimo, suficiente para a execução do objeto licitado.

b.6) Em se tratando de sócio da empresa, o contrato social/estatuto do licitante servirá de documento hábil à comprovação do vínculo.

b.7) Serão inabilitados todos os licitantes que apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, para comprovação de qualificação técnica.

c) É facultado ao licitante comparecer fisicamente ao local da execução do objeto contratual com a finalidade de vistoriá-lo em conjunto com o grupo gerador instalado, tomando ciência de suas características, material utilizado, estado de conservação e eventual necessidade de substituição de peças para a perfeita execução dos serviços objeto desta licitação, cujo endereço é o indicado no subitem 3.1 do Termo de Referência.

c.1) O licitante, quando da visita física para a realização da vistoria técnica, deverá estar munido de 2 (duas) vias da Declaração de Realização de Vistoria, devendo o



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

representante legal da licitante assiná-lo, e solicitar a assinatura do servidor da Procuradoria Geral do Estado responsável pelo acompanhamento da vistoria na via que lhe será devolvida, devendo ser entregue pelo licitante vencedor em conjunto com os documentos de habilitação.

c.2) A opção pela visita física para a realização de vistoria técnica constitui direito e ônus do licitante, com vistas à elaboração precisa e técnica de sua proposta, mas não ostenta caráter eliminatório do certame para fins de exame de habilitação. Se, facultativamente, o licitante resolva não vistoriar os locais onde serão prestados os serviços objeto da licitação, caso vitorioso no certame, não poderá alegar desconhecimento das condições de execução contratual como pretexto para eventual inexecução total ou parcial do contrato, atrasos em sua implementação ou alterações do objeto contratual. Nessa hipótese, como alternativa possível, admite-se a apresentação de declaração do licitante no sentido de que conhece os detalhes do objeto contratual (situação atual dos equipamentos e extensão dos serviços), assumindo a responsabilidade por eventuais problemas na sua execução.

c.3) O agendamento para a realização da visita física para a realização de vistoria técnica poderá ser feito por meio do telefone (21) 2332-7272, em dias úteis nos horários de 10h às 17h. As visitas físicas para a realização de vistoria técnica deverão ser agendadas pela Procuradoria Geral do Estado, isoladamente, em datas e horários distintos, de forma a impedir a reunião dos diversos interessados em participar da licitação.

8. DA GARANTIA

8.1 Exigir-se-á do licitante vencedor, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, contados da data de início dos serviços, constante no Memorando de Início dos Serviços expedido pela Fiscalização da PGE, uma garantia, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 56 da Lei nº. 8.666/93, da ordem de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, com validade durante toda a vigência do Contrato, a ser restituída após sua execução satisfatória.

8.2 A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

8.3 Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de rescisão administrativa.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1 Será admitida a contratação de terceiros exclusivamente para o abastecimento de combustível óleo diesel do gerador, à custa da **CONTRATADA**.

9.2 Em qualquer caso de subcontratação, a **CONTRATADA** permanecerá como única e exclusiva responsável por todos os serviços prestados, não se constituindo qualquer relação jurídica entre a subcontratada e a PGE-RJ.

9.3 Os pagamentos aos subcontratados serão realizados diretamente pela **CONTRATADA**, ficando vedada a emissão de empenho do **CONTRATANTE** diretamente aos subcontratados, ressalvada a hipótese dos artigos. 48 e 49 da Lei Complementar nº 123/06.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, cumprindo as disposições legais que interfiram em sua execução.

10.2 Manter os equipamentos em perfeito estado de funcionamento e confiabilidade, mediante a conservação, manutenção e correção dos defeitos e verificações técnicas necessárias, efetuando reparos, manutenção preventiva e corretiva, lubrificação, limpeza, bem como a substituição de peças e componentes, quando necessário.

10.3 Designar, por meio de declaração impressa ou eletrônica, no ato do recebimento da autorização de execução dos serviços, preposto(s) para representar administrativamente sempre que for necessário e habilitado a responder pela **CONTRATADA** a qualquer indagação sobre a parte operacional e de qualidade dos serviços executados, bem como solucionar qualquer problema relacionado com a sua execução, qualidade e procedência dos materiais, peças e componentes, dentre outros, indicando: nome, qualificação, endereço e número de telefone.

10.4 Instruir os seus funcionários quanto à necessidade de observância das Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, prevenção contra incêndios, bem como dos postulados legais no âmbito Federal, Estadual ou Municipal e normatizações concernentes ao tipo de serviço.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

10.5 Atender a todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, inclusive o transporte, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os empregados durante a execução dos serviços, ainda que acontecido em dependência da PGE-RJ.

10.6 Acatar as exigências da Fiscalização do Contrato da PGE-RJ quanto à execução dos serviços, horários, qualidade e quantidade dos materiais e, ainda, a imediata correção de deficiências alinhadas quanto à execução dos serviços contratados.

10.7 Responder pelos atos e omissões de seu(s) preposto(s), empregados, e demais pessoas que utilizar na execução dos serviços contratados.

10.8 Comunicar, por meio de comunicação escrita ou eletrônica, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer dano ou anormalidade que causar ou constatar no patrimônio da PGE-RJ, pela execução dos serviços.

10.9 Responder por danos comprovadamente causados por seus empregados ao patrimônio da PGE-RJ, ou de terceiros, ainda que por omissão involuntária, devendo ser adotadas, dentro do prazo de 30 (trinta dias), as providências necessárias ao ressarcimento.

10.10 Responsabilizar-se, inteira e exclusivamente, pelas eventuais perdas e extravios de seus materiais, equipamentos e insumos no decorrer da execução dos serviços.

10.11 Exigir que os empregados se apresentem identificados com crachá da **CONTRATADA**, uniformizados e com equipamentos de proteção individual – EPI para a execução dos serviços.

10.12 Instruir os seus empregados a executar os serviços observando os padrões de qualidade e atendimento às normas técnicas vigentes.

10.13 Solicitar autorização da Fiscalização do Contrato da PGE-RJ, sempre que necessária, para trabalhar em dias não úteis ou fora do horário de expediente, justificando o fato e enviando listagem constando nome dos profissionais e número das respectivas Carteiras de Identidade.

10.14 Manter, durante toda a duração do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

10.15 Emitir Nota Fiscal em concordância com o os possíveis descontos previstos pelo Acordo de Nível de Serviços. Após a apresentação do cálculo referente aos critérios de eficiência, pela fiscalização, a **CONTRATADA** terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para apresentar reclamação, através de meio digital, quanto os índices de eficiência (ANS) obtidos para o serviço apresentado.

10.16 Comunicar à **CONTRATANTE** toda e qualquer alteração cadastral de seus dados (razão social, endereço, telefone, nomeação de preposto e etc) para atualização.

10.17 Notificar a **CONTRATANTE**, a qualquer momento, acerca da existência de ocorrências que venham afetar a execução dos serviços.

10.18 Prestar os serviços referentes às partes mecânicas utilizando-se de profissionais especializados.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1 Fiscalizar como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no Contrato.

11.2 Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato por um ou mais representantes especialmente designados, nos termos do art. 67 da lei nº 8.666/93.

11.3 Disponibilizar o local e os meios adequados para execução dos serviços.

11.4 Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados, obedecendo aos critérios de mensuração de resultados adotados no Acordo de Nível de Serviço – ANS.

11.5 Prestar as informações e esclarecimentos necessários à execução dos serviços.

11.6 Documentar e notificar, por meio de comunicação impressa ou eletrônica, à **CONTRATADA**, ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção ou regularização.

11.7 Assegurar completo e livre acesso dos técnicos da **CONTRATADA** aos equipamentos, observadas as regras de segurança da PGE/RJ, possibilitando-os executar os serviços e as verificações técnicas necessárias.

11.8 Visar a ordem ou ficha de serviços, por ocasião das visitas dos técnicos **CONTRATADA** para a prestação de serviços.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

11.9 Somente permitir a retirada de qualquer componente dos equipamentos mediante recibo, em impresso próprio da **CONTRATADA**, salvo se houver substituição no ato do serviço.

11.10 Julgar, quando solicitado, os recursos interpostos ao cálculo relativo ao Acordo de Nível de Serviço.

11.11 Cumprir e fazer cumprir o disposto nas Cláusulas do Contrato.

12. DA FISCALIZAÇÃO

12.1 Por **FISCALIZAÇÃO** entende-se a atividade exercida de modo sistemático pela PGE-RJ e seus prepostos, precipuamente pela Fiscalização do Contrato da PGE-RJ, objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos.

12.2 A PGE-RJ manterá desde o início dos serviços, a seu critério exclusivo, uma equipe de **FISCALIZAÇÃO** constituída por profissionais habilitados que considerar necessários ao acompanhamento e controle dos trabalhos.

12.3 A **CONTRATADA** deverá facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da **FISCALIZAÇÃO**, permitindo o acesso aos serviços em execução, bem como atendendo prontamente às solicitações que lhe forem efetuadas.

12.4 Todos os atos e instruções emanados ou emitidos pela **FISCALIZAÇÃO** serão considerados como se fossem praticados pela PGE-RJ.

12.5 A atuação ou a eventual omissão da **FISCALIZAÇÃO** durante a realização dos trabalhos não poderá ser invocada para eximir a **CONTRATADA** da responsabilidade pela execução dos serviços.

12.6 A Fiscalização tem autonomia para exercer, dentre outras, as seguintes atividades:

- a) aprovar o Plano de Manutenção Operação e Controle - PMOC a ser apresentado pela **CONTRATADA** no início dos trabalhos;
- b) solucionar as dúvidas e questões pertinentes à prioridade ou sequência dos serviços em execução, bem como às interferências e interfaces dos trabalhos da **CONTRATADA** com as atividades de outras empresas, profissionais ou pessoas;



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

- c) paralisar ou solicitar o refazimento de qualquer serviço que não seja executado em conformidade com o Plano de Manutenção Operação e Controle - PMOC, norma técnica ou qualquer disposição oficial aplicável ao objeto do contrato;
- d) solicitar a substituição de materiais, peças, componentes, ferramental e utensílios que sejam considerados defeituosos, inadequados ou inaplicáveis aos serviços;
- e) solicitar a realização de testes, ensaios e quaisquer provas necessárias ao controle de qualidade dos serviços objeto do contrato;
- f) exercer rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços, aprovando os eventuais ajustes que ocorrerem durante o desenvolvimento dos trabalhos;
- g) aprovar o Relatório de Execução dos Serviços, bem como realizar os cálculos relativos a ANS, enviando posteriormente a **CONTRATADA** os resultados obtidos, a fim de que a mesma os utilize para a emissão da Nota Fiscal;
- h) aprovar partes, etapas ou a totalidade dos serviços executados, bem como conferir, certificar e encaminhar para pagamento as faturas emitidas pela **CONTRATADA**;
- i) certificar os lançamentos efetuados no Livro de Ocorrências; e
- j) avaliar eventuais acréscimos ou supressões de serviços necessários ao perfeito atendimento do objeto do contrato.

13. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

13.1 Os recursos necessários à realização do objeto constante deste Termo de Referência correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Programa de Trabalho	Natureza de Despesa	Fonte de Recursos
09610.1.03.122.0002.2016 (Manutenção de Atividades Operacionais Administrativas)	3.3.90.39.17 (Reparos, Adaptação e Conservação e Bens Móveis)	232/230



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

14. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1 Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente da instituição financeira contratada pelo Estado (**atualmente Banco Bradesco S/A**), cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato.

14.1.1 No caso de a **CONTRATADA** estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado do Rio de Janeiro, ou caso verificada pelo Órgão Gestor a impossibilidade de a **CONTRATADA**, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado do Rio de Janeiro, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela **CONTRATADA**.

14.2 O pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

14.3 Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pelos fiscais da PGE.

14.4 Os pagamentos devidos à **CONTRATADA** não excederão os valores apresentados em sua proposta comercial.

14.5 O faturamento mensal será composto pela soma dos itens fornecidos no mês.

14.6 A fiscalização do contrato terá o prazo de até 15 (quinze) dias para atestar a nota fiscal e encaminhá-la para pagamento.

14.7 Em caso de erro, a fatura será devolvida à **CONTRATADA**, e o prazo referido no subitem anterior retornará à contagem inicial.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 A **CONTRATADA** inadimplente estará sujeita às penalidades previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.2 A inexecução do objeto, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

defesa, a multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração, sem prejuízo da aplicação das demais infrações previstas no artigo 87 da Lei 8.666/93. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento), conforme preceitua o artigo 87 do Decreto nº 3.149/80.

15.3 O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo **CONTRATANTE** ou da aplicação das sanções administrativas.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 É facultado aos licitantes vistoriar as dependências da PGE-RJ, com o objetivo de conhecer o local e as condições para a prestação dos serviços objeto desta licitação.

16.2 Antes de apresentar a proposta a **CONTRATADA** deverá realizar todos os levantamentos essenciais, de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas ao fornecimento em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração de data de entrega ou alteração de qualidade.

16.3 O preço total proposto deverá considerar a consecução do objeto da presente contratação, englobando todos os custos diretos e indiretos incidentes.

16.4 Cabe à **CONTRATADA** consultar com antecedência os seus fornecedores quanto aos prazos de entrega, não cabendo, portanto, a justificativa de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte dos fornecedores.

16.5 Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das diretrizes dos serviços do presente objeto não poderão constituir pretexto para a cobrança por “serviços novos, extras ou adicionais”.

16.6 Considerar-se-á a Contratada como altamente especializada nos serviços em questão e que, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global de sua proposta, também, as complementações e acessórios por acaso omitidos nesta especificação, mas implícitos e necessários à perfeita e completa execução dos serviços.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

16.7 Todos os avisos, notificações, solicitações e comunicados só serão considerados entregues se devidamente protocolados, enviados por telegrama, carta, fax ou meio digital, salvo a abertura de chamados de manutenção.

ANEXOS:

- I. Autorização de Fornecimento de Peças e Consumíveis;
- II. Autorização de Aquisição e Óleo Diesel;
- III. Controle de Ordem de Chamados Emergenciais;
- IV. Dos Serviços Mínimos de Manutenção;
- V. Relação mínima de peças para possíveis substituições;
- VI. Acordo de Nível de Serviço (ANS).



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

ANEXO I - AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO DE PEÇAS E CONSUMÍVEIS

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO DE PEÇAS E CONSUMÍVEIS (exceto óleo diesel)	
QUANTIDADE A SER ADQUIRIDA	DATA:
Motivo e local de emprego de material e/ou consumível	
Total a pagar:	

Nome da Empresa:	
DESCRIÇÃO DE PEÇA E/OU CONSUMÍVEL	VALOR UNITÁRIO

Total a pagar:

Nome da Empresa:	
DESCRIÇÃO DE PEÇA E/OU CONSUMÍVEL	VALOR UNITÁRIO

Total a pagar:

Nome da Empresa:	
DESCRIÇÃO DE PEÇA E/OU CONSUMÍVEL	VALOR UNITÁRIO

Total a pagar:

AUTORIZAÇÃO PGE-RJ

Servidor Responsável:

AUTORIZAÇÃO Nº _____/_____



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

IMPORTANTE:

- I. Todos os orçamentos serão obtidos por escrito junto aos fornecedores e deverão estar anexados ao presente controle, sem os quais este perde a sua validade.*
- II. O fornecimento do material em tela só deverá ser realizada mediante autorização expressa da Assessora de Serviços, de sua chefia imediata ou de servidor por ela designado, sob pena de não reembolso do material em questão. Lembramos que, periodicamente, os valores orçados serão objeto de auditoria por parte da Fiscalização do Contrato, a fim de garantir que os preços cotados estejam em conformidade com os preços praticados no mercado.*
- III. O descarte das peças e/ou consumíveis ocorrerá por conta da contratada, após a aprovação da fiscalização do contrato.*



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

ANEXO II - AUTORIZAÇÃO DE AQUISIÇÃO E ÓLEO DIESEL

Procurado ria Geral do Estado do Rio de Janeiro Diretoria de Gestão/PG -12 Gerência de Bens e Serviços <i>Assessoria de Serviços</i>	CONTRATO:
	Número:
	Processo:
	Vigência:

AUTORIZAÇÃO PARA FORNECIMENTO DE ÓLEO DIESEL S20	
QUANTI DADE (L):	DATA:

Nome da Empresa ou tabela oficial:		
DESCRIÇÃO DO COMBUSTÍV EL	VALO R DO FRETE R\$	VALOR POR LITRO
TOTAL A PAGAR [(valor do litro x quantidade) + frete]:		

Nome da Empresa ou tabela oficial:		
DESCRIÇÃO DO COMBUSTÍV EL	VALO R DO FRETE R\$	VALOR POR LITRO
TOTAL A PAGAR [(valor do litro x quantidade) + frete]:		



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Nome da Empresa ou tabela oficial:		
DESCRIÇÃO DO COMBUSTÍVEL	VALOR DO FRETE R\$	VALOR POR LITRO
TOTAL A PAGAR [(valor do litro x quantidade) + frete]:		

PRAZO PARA ENTREGA DO COMBUSTÍVEL (preenchido pela Fiscalização do Contrato):

AUTORIZAÇÃO PGE-RJ

Servidor Responsável:

AUTORIZAÇÃO Nº ____/____

IMPORTANTE:

I - Todos os orçamentos serão obtidos por escrito junto aos fornecedores e deverão estar anexados ao presente controle, sem os quais este perde a sua validade.

II - A compra de combustível só deverá ser realizada mediante autorização expressa da Assessora de Serviços, de sua chefia imediata ou de servidor por ela designado, sob pena de não reembolso do material em questão. Lembramos que, periodicamente, os valores orçados serão objeto de auditoria por parte da Fiscalização do Contrato, a fim de garantir que os preços cotados estejam em conformidade com os preços praticados no mercado.

III - O descarte das peças e/ou consumíveis ocorrerá por conta da contratada, após a aprovação da fiscalização do contrato.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

ANEXO III - CONTROLE DE ORDEM DE CHAMADOS EMERGENCIAIS

FINALIDADE: Pontuar com exatidão o momento em que a Fiscalização da PGE emitiu uma ordem de chamado para atendimento ao item 6.9.1 do Termo de Referência, chamado corretivo emergencial, com a consequente aplicação do ANS – Acordo de Nível de Serviço.

FORMA DE CHAMADO: Poderá ser feito por e-mail e/ou por telefone disponibilizado pela

CONTRATADA, que deverá funcionar 24 horas por dia, em todos os dias do ano.

FORMA DE ACOMPANHAMENTO DO HORÁRIO DE CHEGADA DOS TÉCNICOS NA SEDE DA PGE:

Número do chamado (com mês e ano)	Forma de chamado, data e horário	Fiscal responsável pelo Chamado	Data e horário da chegada na PGE dos técnicos	Fiscal da PGE que acompanhou a chegada dos técnicos
Ex.: 01/01/2020	Telefone (xxxx-xxxx), atendido por juliana pires, no dia 05.01.2020, horário 14:00	Pedro Gabriel, matrícula xxxxx	Dia 05.01.2020, 16:00	Pedro Gabriel, matrícula xxxxx

(Em vermelho está um exemplo de chamado)

Rio de Janeiro, ____ de ____ de 20 ____.

Ass. e Carimbo – Fiscal do Contrato 1

Ass. e Carimbo - Fiscal do Contrato 2



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

ANEXO IV- DOS SERVIÇOS MÍNIMOS DE MANUTENÇÃO

Os serviços básicos, considerados como mínimos, devendo ser apresentadas as periodicidades no PMOC pela **CONTRATADA**. Podem ser realizadas atualizações pela **CONTRATADA** ou pela Fiscalização do Contrato da PGE.

TESTE DINÂMICO:

- Medição da tensão das baterias, antes, no instante e depois de colocar o equipamento em funcionamento.
- Medição da temperatura de pré-aquecimento do motor a explosão.
- Medição do tempo, desde o comando manual de ligação da máquina até a excitação completa do gerador.
- Medição da tensão e da corrente de excitação do gerador, observando e anotando variações durante o funcionamento.
- Monitoramento da tensão entre fases e entre fases e neutro durante o funcionamento, através de medidor/registrador eletrônico em tempo real. Este procedimento será realizado com e sem carga.
- Monitoramento da corrente por fase durante o funcionamento, através de medidor/registrador eletrônico em tempo real. Este procedimento será realizado com carga.
- Monitoramento da potência utilizada por fase durante o funcionamento, através de medidor/registrador eletrônico em tempo real. Este procedimento será realizado com carga.
- Monitoramento da frequência de tensão gerada. Este procedimento será realizado com e sem carga.
- Verificação da pressão do óleo lubrificante, ao longo do período de funcionamento do motor a explosão.
- Medição do tempo de pré-aquecimento do motor a explosão, ao longo do período de funcionamento do mesmo.
- Medição da temperatura dos gases de escapamento, na última leitura antes do desligamento do equipamento.
- Medição da temperatura ambiente.
- Verificação de ruídos e vibrações anormais.
- Medição da temperatura do motor, na última leitura antes do desligamento do equipamento.
- Medição do tempo de atuação do solenóide de parada do motor a explosão.

TESTE ESTÁTICO:

- Verificação do nível e das condições do óleo lubrificante.
- Verificação de vazamentos de combustível e/ou de lubrificante.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

- Verificação do estado das caixas e dos bornes das baterias, limpando e/ou engraxando onde for necessário.
- geral no conjunto, interna e externamente.
- Verificação dos contatos da contatora principal e das contadoras dos QTA e limpeza das câmaras de extinção de arco.
- Teste, com simulação quando necessário, de todos os dispositivos de alarme e proteção, existentes no painel e no grupo motor gerador.
- Verificação e limpeza, quando necessário, das escovas, dos porta-escovas e dos anéis coletores do gerador.
- Observação do desgaste dos anéis coletores e das escovas.
- Teste das resistências de pré-aquecimento quanto a potência nominal, corrente nominal, isolamento elétrico, vazamentos e do termostato de controle.
- Reaperto nas conexões do sistema elétrico do grupo motor gerador.
- Teste do carregador / alternador das baterias.
- Medição da resistência ôhmica das bobinas principais do gerador.
- Medição da resistência ôhmica de isolamento das bobinas do gerador.
- Verificação e teste do servomecanismo de controle das rotações do gerador.
- Verificação e teste do funcionamento dos pressostatos de baixa e de alta pressão do óleo lubrificante do motor a explosão.
- Verificação e teste de funcionamento do controle de temperatura da água de arrefecimento do motor a explosão.
- Verificação e teste de funcionamento do circuito da excitatriz estática.
- Limpeza do porta-escovas e do anel coletor do motor de arranque.
- Reaperto das fixações mecânicas do grupo motor gerador.
- Teste do motor de arranque quanto a ruídos e vibrações anormais.
- Teste do sistema elétrico do motor de arranque, quanto a :
 1. resistência ôhmica de isolamento das bobina;
 2. resistência ôhmica das bobinas;
 3. funcionamento da válvula solenóide.
- Limpeza do filtro de ar do motor a explosão.
- Verificação da regulagem e/ou reaperto nas válvulas mecânicas de admissão e de descarga.
- Verificação da tensão mecânica das correias de transmissão do motor a explosão.
- Verificação das polias do motor a explosão, reapertando parafusos de fixação, quando necessário.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

- Limpeza das graxeiras e verificação do nível de graxa.
- Verificação da necessidade de lubrificação dos rolamentos do gerador e do motor.
- Verificação do funcionamento da bomba injetora de combustível quanto a:
 1. funcionamento;
 2. distribuição de combustível;
 3. possíveis entupimentos;
 4. velocidade de resposta, quando solicitada pela aceleração da máquina.
- Verificação dos integrantes do circuito de alimentação do combustível (tanques, bomba de sucção).
- Substituição total do óleo lubrificante.
- Substituição do filtro de óleo lubrificante.
- Substituição do filtro de óleo combustível.
- Limpeza do respiro do cárter.
- Regulagem, se necessário, da válvula de pressão do óleo lubrificante.
- Verificação e reaperto, se necessário, na luva elástica de acoplamento entre o motor a explosão e a tubulação de escapamento.
- Verificação do funcionamento do manômetro do óleo lubrificante.
- Medição da compressão de todos os cilindros do motor a explosão.
- Limpeza dos canais de admissão e de descarga.
- Verificação quanto a possível desgaste na cremalheira do volante do motor a explosão.

MOTOR A EXPLOSÃO

- Substituição, com o motor quente, do óleo lubrificante do cárter.
- Substituição do filtro de óleo lubrificante.
- Drenagem do filtro de combustível.
- Verificação do estado e da tensão mecânica da correia do ventilador, ajustando, se necessário.
- Remoção e limpeza do filtro de ar do compressor.
 - Substituição do elemento filtrante de combustível.
 - Limpeza da tela filtrante da bomba alimentadora.
 - Regulagem das folgas das válvulas.
 - Remoção e limpeza do elemento, da agulha e dos orifícios dos bicos injetores.
 - Regulagem da pressão de abertura dos bicos injetores.
 - Reaperto dos cabecotes.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

- Revisão do motor de partida, do alternador e do compressor / exaustor.
 - Medição da tensão das baterias, antes, no instante e depois de colocar o equipamento em funcionamento.
 - Testes com simulação de todos os dispositivos de alarme e proteção, existentes na USCA e no grupo motor gerador.
 - Teste das resistências de pré-aquecimento e do termostato de controle.
 - Teste do carregador / flutuador das baterias.
 - Medição da temperatura de pré-aquecimento do motor a explosão.
 - Medição do tempo, desde o comando manual de ligação da máquina até a excitação completa do gerador.
 - Medição do tempo de transferência da chave de reversão automática, após a simulação de falta de energia.
 - Medição da tensão e da corrente de excitação do gerador.
 - Monitoramento das tensões (fase / fase e fase / neutro), correntes e frequência durante o funcionamento.
 - Verificação e teste do funcionamento dos pressostatos de baixa pressão do óleo lubrificante do motor a explosão.
 - Verificação e teste de funcionamento do controle de temperatura da água de arrefecimento do motor a explosão.
 - Verificação e teste de funcionamento do circuito da excitatriz estática.

QUADRO DE TRANSFERÊNCIA AUTOMÁTICA

- Verificação da chave de transferência automática
- Configuração de tempo de partida do gerador com fechamento da chave
- Teste de continuidade da comunicação entre chaveamento e gerador
- Reaperto nos contatos elétricos
- Verificação e teste de funcionamento do controle de transferência automática
- Verificação e teste do perfeito funcionamento do dispositivo de proteção (Disjuntor de entrada)



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

ANEXO V - RELAÇÃO MÍNIMA DE PEÇAS PARA POSSÍVEL SUBSTITUIÇÃO

1. Bomba injetora de combustível;
2. Mangueira de alimentação de combustível;
3. Mangueira de circulação de óleo;
4. Boia de combustível;
5. Resistência de pré-aquecimento do óleo diesel;
6. Bicos de injeção de combustível;
7. Bomba injetora de combustível;
8. Bateria automotiva;
9. Sensores de temperatura;
10. Sensor de pressão;
11. Válvula de pressão do óleo lubrificante;
12. Sistema de descarga de gases;
13. Manômetro do óleo lubrificante;
14. Cremalheira do volante do motor a explosão;
15. Correias de transmissão;
16. Filtro de óleo combustível;
17. Filtro do óleo do cárter;
18. Carregador de bateria;
19. Conectores elétricos;
20. Terminais elétricos;
21. Instrumentos de medição de voltagem e amperagem;
22. Motor de arranque;
23. Relé de partida do motor de arranque;
24. Sistema de ignição;
25. Regulador Automático de Tensão AVR;
26. Reles do Quadro de Transferência Automático QTA;
27. Controlador de velocidade.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

ANEXO VI- Acordo de Nível de Serviço (ANS)

EMPRESA:

1 - FINALIDADE: Garantir que a prestação dos serviços esteja condizente com o contrato ora acordado.

2 - INDICADOR: Regularidade na execução da manutenção preventiva, no atendimento aos chamados de manutenção em casos emergenciais, na apresentação de peças para troca e nas reposições de óleo diesel.

3 - META A CUMPRIR: Realizar 100% dos serviços dentro dos prazos estabelecidos.

4 - INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO: PMOC com as periodicidades de execução dos serviços, formulários de autorizações emitidos pela Fiscalização do Contrato e solicitação de chamado de emergência da Fiscalização do Contrato. Utilização do Processo da Fiscalização para os registros individualizados de cada possível pontuação, que deverá ser preenchido tempestivamente à cada ocorrência.

4 - FORMA DE ACOMPANHAMENTO E PONTUAÇÃO:

	Item Contratual	Pontuação	Critério
1	Execução das rotinas de manutenção preventiva - o serviço de prevenção terá por base os parâmetros do plano de manutenção descrito abaixo Item 5.9	1,0	Por número de vezes em que qualquer das rotinas de manutenção preventiva, previstas no PMOC, aprovado pela Fiscalização, deixar de ser executada, nas regularidades previstas no PMOC.
2	Atendimento ao serviço de manutenção emergencial - <i>Se o chamado for caracterizado como "emergencial", justificado na gravidade da inoperância do equipamento somado à necessidade, iminente ou já presente, do uso da energia do gerador, a Contratada terá até 04 (quatro) horas para chegar nas dependências da Sede da PGE, com técnicos apresentando as condições acima elencadas de possibilidade de solução do problema</i> Item 5.10.1	4,0	Por número de ocasiões em que a Fiscalização do Contrato solicitou um serviço de manutenção emergencial e a CONTRATADA não chegou na Sede da CONTRATANTE , preparada para o atendimento, no prazo



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

3	Peça e/ou consumíveis - A pesquisa de mercado citada deverá ser realizada pela Contratada em, ao menos, 03 (três) fornecedores diferentes de peças/consumíveis, ou, diretamente com a Fabricante da peça/consumível, podendo a Fiscalização da PGE realizar nova pesquisa para a sua aceitação. No momento da aprovação da aquisição a Fiscalização do Contrato anotar, no formulário, o prazo para a apresentação da peça/consumível, que será adquirido pela Contratada Item 5.9.2 alínea "a"	3,0	Por número de ocorrências de atraso na entrega da peça, nos prazos previstos no Termo de Referência, sem justificativa aceita pelo Fiscal.
4	Óleo diesel - A CONTRATADA deverá abastecer o gerador sempre que necessário (havendo uma previsão inicial de utilização de 02 (dois) fretes ao semestre), mantendo o tanque com o volume mínimo 70% (setenta por cento) de sua capacidade, salvo outra orientação da Fiscalização da PGE-RJ Item 5.15.	3,0	Por número vezes que a Fiscalização verificar volume abaixo do mínimo exigido e/ou por número de ocorrências de atraso no fornecimento do combustível, após definido o prazo pela Fiscalização do Contrato, sem justificativa aceita

6 - PERIODICIDADE: Mensal. **INÍCIO DA MEDIÇÃO:** A partir do **2º mês** do início da execução dos serviços.

7 - MECANISMO DE CÁLCULO: Somatório de cada não atendimento do critério definido na tabela acima.

8 - FAIXAS DE AJUSTE NO PAGAMENTO:

- 02 a 08 pontos = recebimento de 99% da fatura do mês referente
- 09 a 12 pontos = recebimento de 98% da fatura do mês referente
- > que 13 pontos = recebimento de 97% da fatura do mês referente e comunicação ao superior para análise da adoção de outras providências



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

PLANILHA DE CONTROLE DOS ITENS PONTUADOS/SOMATÓRIO DE DESCONTO:

Mês de referência/ano	Item	Anotação - Local	Pontuação
xxxxxxxxx/202x	-	Sem ocorrências	-
Total: 0 pontos (recebimento de 100% da fatura)			

DATA DO ENCAMINHAMENTO DO RESULTADO DO ANS PARA A CONTRATADA, APÓS A APURAÇÃO:

DIA:	<ul style="list-style-type: none">• Por meio eletrônico ou○ Pessoalmente, por meio de representante da Contratada
-------------	--

OBSERVAÇÕES:

- a) As penalidades contratuais poderão ser aplicadas independentemente dos critérios adotados neste ANS, decorrentes da gravidade ou reincidência da inexecução dos serviços;
- b) Para a validação da ocorrência de pontuação passível de desconto em cada Ficha de Autorização (modelos entregues pela **CONTRATANTE**), a Fiscalização da PGE/RJ enviará por correio eletrônico ou entregará uma cópia da mesma para a Contratada e o responsável da Contratada acusará o recebimento. Sobre as ocorrências de atraso no atendimento emergencial, a **CONTRATADA** receberá, após cada chamado, da Fiscalização da PGE-RJ, documento contendo o dia e a hora do chamado e o tempo de chegada na PGE-RJ;
- c) Mensalmente, após o último dia do mês, a Fiscalização do Contrato da PGE-RJ deverá preencher este formulário para obtenção do resultado do Acordo de Serviço, comunicando à **CONTRATADA** sobre o resultado da apuração até o segundo dia útil do mês subsequente. A comunicação poderá ser feita pessoalmente, ou por meio eletrônico.
- d) O percentual de desconto incidirá somente sobre o valor mensal fixo do serviço, não incidindo sobre os demais ressarcimentos de peças e/ou combustíveis.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

e) Cada Nota Fiscal será encaminhada pela Comissão de Fiscalização da PGE-RJ ao seu Setor Financeiro junto com o referente formulário de ANS preenchido.

Rio de Janeiro, XX de YYYY de 20ZZ.

Elaborado por:

Cristina Braga Moreira - ID nº 5013043-9

Elisa de Carvalho Laurindo - ID nº 4359748-3